

**JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 QUALIS B1**



**PERÍCIAS CRIMINAIS E O ODONTOLEGISTA:
UMA REFLEXÃO A SER FEITA**

**CRIMINAL FORENSICS AND THE DENTIST:
A REFLECTION TO BE MADE**

Érika Almeida da SILVA

**Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
E-mail: erika-silva12@hotmail.com**

Patrícia Paranhos AZEVEDO

**Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
E-mail: pathyparanhos14@gmail.com**

Eliana dos Santos ANDRADE

**Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
E-mail: eliana.andrade@faculdefacit.edu.br**



RESUMO

Introdução: Odontologia legal é uma das especialidades possíveis ao cirurgião-dentista que aplica seus conhecimentos conjuntamente com a Ciência do Direito. Atua como importante área da Odontologia nas perícias e Google acadêmico assistências em foro cível, penal, trabalhista e em área administrativa. **Objetivo:** Discutir a ação do odontologista no âmbito criminal, com finalidade de trazer à comunidade acadêmica subsídios relevantes sobre o assunto. **Métodos:** Foram consultadas as bases de dados do Scielo, Pub Med BVS e. Para isso, realizou-se revisão de literatura com 26 trabalhos selecionados dentre 143 encontrados, após aplicação de critérios de inclusão. **Resultados:** A atuação da Odontologia Legal é de extrema importância, já que a boca e as arcadas dentárias podem ser decisivas em uma perícia criminal, sendo a análise odontológica uma meio muito utilizada para identificação nas perícias. **Conclusão:** A odontologia legal é uma especialidade alternativa confiável e precisa na identificação humana, o conhecimento desta área é importante tanto para o clínico como para o aluno de graduação, já que qualquer cirurgião-dentista poderá ser solicitado a atuar como perito.

Palavras-chave: Odontologista. Perícia criminal. Odontologia legal.

13

ABSTRACT

Introduction: Legal dentistry is one of the possible specialties for dentists who apply their knowledge in conjunction with the Science of Law. It acts as an important area of Dentistry in the expertise and assistance in civil, criminal, labor and administrative areas. **Objective:** To discuss the action of the odontologist in the criminal scope, with the purpose of bringing relevant academic information on the subject to the academic community. **Materials and Methods:** Scielo, Pub Med and VHL databases were consulted. For this, a literature review was carried out with 26 works selected from 143 found, after applying inclusion criteria. **Results:** The performance of Legal Dentistry is extremely important, since the mouth and dental arches can be decisive in a criminal investigation, and dental analysis is a widely used means for identification in the investigations. **Conclusion:** Legal dentistry is a reliable and accurate alternative specialty in human identification, knowledge of this area is important for both the clinician and the undergraduate student, since any dentist may be asked to act as an expert.

Keywords: Odontologista. Criminal expertise. Forensic dentistry.

INTRODUÇÃO

A odontologia legal é a especialidade que aplica os conceitos e conhecimentos de praticamente todas as disciplinas odontológicas, desde as matérias básicas até as mais complexas, utilizando-as a serviço do Direito¹. Nesses contextos, o Perito Odontologista faz parte do grupo de peritos de natureza criminal previstos na Lei 12.030/09, podendo ser lotado em um IML tendo sua atuação regulamentada pela Lei nº 5.081/66 e artigos 63 e 64 da Resolução CFO - 63/2005², os quais discorrem sobre suas áreas de competência², isto é, perícia em foro civil, criminal (identificação humana, tanatologia forense, elaboração de expedientes odontológicos e traumatologia odontológica) trabalhista e em área administrativa³.

A Odontologia Legal é uma especialidade da Odontologia que atua no ramo da identificação humana, principalmente nos casos em que o manejo tradicional para identificação por meio de outros exames se torna inviável⁴. A atuação na Odontologia Legal limita-se a análise, perícia e avaliação de eventos que são relacionados com a área de competência do cirurgião-dentista podendo, estender-se a outras áreas, se disso depender à busca da verdade, no estrito interesse da justiça e da administração⁴.

Em âmbito criminal, o odontocriminalista está vinculado, normalmente, aos institutos oficiais de perícias, exemplificados por Instituto de Medicina Legal (IML), Instituto de Criminalística (IC) ou Instituto Geral de Perícias (IGP), possuindo extrema importância no corpo dos órgãos oficiais de perícia por se tratarem de profundos conhecedores na área de atuação². Podem desenvolver identificação no vivo, em cadáver, perícias antropológicas em crânio, perícias de lesões corporais e manchas, determinação da idade, determinação de embriaguez alcoólica e outros exames⁵.

O processo de identificação comparativo por meios odontológicos se fundamenta por três etapas¹⁰: análise da documentação ante-mortem disponível e o confronto entre as informações obtidas registro pormenorizado dos dados encontrados post-mortem, considerando o mesmo ponto de referência, e fica como qualitativo, dependendo do potencial de individualização de determinado ponto coincidente observado, e não do número mínimo de pontos congruentes necessários. A singularidade da anatomia odontológica, e somada aos tratamentos eventualmente realizados, e se expressa tão particular quanto às impressões digitais³.

O avanço da odontologia legal tem sido extremamente relevante na atualidade, principalmente em casos de catástrofes e grandes acidentes, visto que os aspectos de interesse na prática pericial de identificação humana são muitos, tornando valiosas as considerações e anotações sobre dentes ausentes e presentes, posição, morfologia e

patologia coronorradiculares, anomalias, alterações decorrentes de hábitos e tratamentos odontológicos já realizados anteriormente^{6,7}.

O processo de identificação comparativo por meios odontológicos é qualificado como um exame comparativo onde ocorrem três etapas: análise dos arcos dentais do cadáver (exame pós-morte – PM), da documentação odontológica produzida em vida (antes da morte – AM) e o cotejo/confronto das informações AMxP⁸. A análise da documentação ante-mortem disponível e o confronto entre as informações obtidas do registro pormenorizado dos dados encontrados post-mortem é considerado referência qualitativa, dependendo do potencial de individualização de determinado ponto coincidente observado. A singularidade da anatomia odontológica, somada aos tratamentos eventualmente realizados, e se expressa tão particular quanto às impressões digitais².

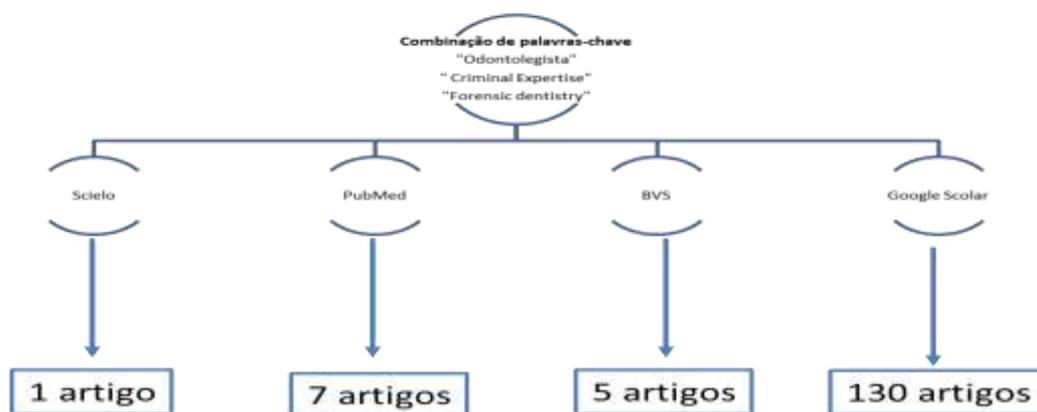
O objetivo desse trabalho é descrever, com base em revisão bibliográfica, a eficácia, importância e contribuição do Odontologista na identificação humana Post-Mortem em perícia criminal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se uma revisão de literatura integrativa referente aos métodos de identificação periciais criminais utilizados na odontologia forense. A revisão integrativa é uma metodologia que permite abordar conhecimento relacionando-o a aplicabilidade dos resultados na prática⁹. O Estudo de revisão integrativa é um método de pesquisa de grande relevância no campo da saúde, pois proporcionar a busca, a avaliação crítica e a síntese de evidências sobre um tema investigado. Facilita ainda a identificação dos resultados relevantes, além de evidenciar lacunas que direcionem pesquisas futuras, auxiliando o pesquisador a escolher condutas e a tomar decisões com viés crítico¹⁰.

Para este trabalho foram obtidas publicações científicas nas bases de dados Scielo e Pubmed, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico, com os seguintes descritores: Odontologista; Perícias Criminal; Odontologia Legal. Os critérios de inclusão foram: trabalhos publicados em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, adequação ao objetivo do trabalho, e disponibilidade online. Os que não estavam disponíveis para consulta online ou não se enquadraram como relevantes para o trabalho foram excluídos. Foi encontrado o total de 143 artigos, conforme diagrama abaixo, dos quais vinte e cinco foram incluídos nesse trabalho.

Diagrama 1. Esquema de revisão bibliográfica e resultados obtidos, segundo base pesquisada.



Fonte: Elaboração dos autores.

REVISÃO DA LITERATURA

A Odontologia Forense na Identificação Humana

A odontologia forense se utiliza da composição dentária do cadáver para a identificação de pessoas em diferentes circunstâncias, uma vez que tem os dentes são estruturas resistentes às modificações como putrefação, calor e agentes químicos.

Legalmente, as lesões físicas podem estar associadas a perdas patrimoniais (materiais) e também extrapatrimoniais (imateriais). Os primeiros estão relacionados à lesão em si, enquanto o segundo pode resultar danos causados pela lesão. Uma pessoa ferida pode ser afetada temporária ou permanentemente.

De acordo com sua própria etimologia, lesões temporárias consistem em condições físicas que tendem a curar, enquanto o segundo é caracterizado com sequelas de lesão consolidadas. Dentro ambos os casos, os ferimentos podem ser avaliados por especialistas forenses para investigar deficiência parcial ou total. Essas informações serão usadas para apoiar cientificamente decisão no Tribunal.

O prejuízo estético causado por uma lesão física consiste em uma perda extrapatrimonial. Esta modalidade de deficiência é caracterizada por qualquer pejorativa alteração que prejudica a integridade física estética de uma pessoa. Quantificar o nível de deficiência é importante durante as perícias forenses para fornecer informações mais detalhadas e contribuir positivamente às necessidades de justiça.

A quantificação do grau de comprometimento estético reside na análise subjetiva realizada pelo perito durante a avaliação do acidentado, o que pode se caracterizar por um problema de procedimento. Para minimizar o viés subjetivo em expertises forenses existem

técnicas científicas padronizadas, propondo protocolos, tabelas, escalas e fórmulas para quantificar o comprometimento envolvendo lesões faciais e dentais^{8,11}.

O processo de identificação comparativo por meios odontológicos para fins forenses se fundamentam pela análise da documentação ante-mortem disponível e o confronto entre as informações obtidas nos registro pormenorizado dos dados encontrados post-mortem, considerando o mesmo ponto de referência.

O reconhecimento do corpo humano é o processo que determina a identidade pessoal. A análise dentária é, portanto, um dos métodos mais comumente usados. Também inclui outros parâmetros biológicos, como análise papiloscópica, análise da íris e análise genética. Geralmente a condição do corpo humano determina o método utilizado. A análise odontológica pode ser realizada para a identificação in vivo, em casos de mordidas na vítima, quando o corpo está em estado de decomposição e o reconhecimento de impressão digital não pode ser realizado, como quando a pasta digital é destruída por afogamento ou carbonização e quando ocorre laceração corporal em grande desastre.

O uso de recursos dentários para identificar cadáveres em decomposição, carbonizados ou esqueletizados pode ser classificado como método comparativo, pois enfrenta as informações obtidas em documentos ante-mortem com os dados coletados, e pode ser dividido em três etapas. Na primeira fase é realizada a análise de todas as particularidades das estruturas do complexo bucomaxilofacial, na segunda são analisadas as informações contidas no prontuário odontológico, utilizando-se de odontograma, modelos em gesso, radiografias e documentação ortodôntica e na terceira fase confronta-se as informações obtidas nas duas fases anteriores, mostrando os pontos de coincidência e diferenças, determinando assim a identificação da vítima¹².

A primeira etapa inclui a análise de todas as peculiaridades dentárias que existem nos restos dentários e outras estruturas do complexo bucomaxilofacial do sujeito, relacionadas à presença e/ou ausência de dentes, restauração, cárie dentária, tratamento endodôntico, prótese, anormalidades, apinhamento, giroversões.

Ao examinar os documentos odontológicos, o clínico registrará todas as informações relacionadas ao tratamento no prontuário odontológico e as associará às informações analisadas no exame complementar (radiografia, fotos, modelos, etc.)¹⁰.

Ferramentas de Identificação Humana na Odontologia Forense

O reconhecimento do corpo humano é o processo de determinação da identidade pessoal. A análise dentária é um dos métodos mais comumente usados. Também inclui outros parâmetros biológicos, como análise papiloscópica, análise da íris e análise genética.

Não há duas pessoas com as arcadas dentárias iguais, uma vez que as características dentárias são absolutamente singulares, o que permite a identificação humana a partir da análise dentária uma ferramenta peculiar nas análises forense. A análise é realizada de forma comparativa, com informações ante-mortem, coletados durante a vida do indivíduo e post-mortem, com dados coletados do cadáver.

A metodologia utilizada na identificação humana post mortem depende das condições do corpo, da integridade de determinadas regiões corporais e das circunstâncias do óbito. Dependendo dessas condições a identificação pode ser realizada pelo o exame de DNA, análise da íris, a papiloscopia e a Odontologia Legal, essa última com vantagens sobre as demais devido à precisão dos resultados, rapidez e baixo custo do processo¹¹.

A identificação pode ser feita no vivo em casos de mordidas na vítima, quando o corpo está em um estado de decomposição, quando o reconhecimento de impressão digital não pode ser realizado, como no caso da pasta digital estar destruída por afogamento ou carbonização. Também em grandes desastres, quando a laceração corporal é extensa, em cadáveres em decomposição, carbonizados ou esqueletizados o uso de recursos dentários para identificação humana é de extrema importância.

Os métodos utilizados são classificados como comparativos, pois enfrentam as informações obtidas em documentos ante-mortem com dados coletados post-mortem. A primeira etapa inclui a análise de todas as peculiaridades dentárias que existem nos restos do dente e outras estruturas do complexo bucomaxilofacial do sujeito, relacionadas à presença e / ou ausência de dentes, restauração, cárie dentária, tratamento endodôntico, prótese, anormalidades, apinhamento, giroversões. Ao examinar os documentos odontológicos, o clínico registrará todas as informações relacionadas ao tratamento no prontuário odontológico e as associará às informações analisadas no exame complementar (radiografia, fotos, modelos, etc.)¹¹.

Uso de Imagens na Odontologia Forense

Não há duas pessoas com as arcadas dentárias iguais, uma vez que as características dentárias são absolutamente singulares, o que permite a identificação humana uma ferramenta peculiar nas análises forense. A análise é realizada de forma comparativa, com informações ante-mortem, coletados durante a vida do indivíduo, e post-mortem, com dados coletados do cadáver.

Quando corpos precisam ser identificados, a radiografias do falecido é comparada com qualquer radiografia do indivíduo quando vivo¹⁰. Nessa análise são observadas a forma dos dentes e suas raízes, ausência de dentes, raízes residuais, dentes supranumerários, atrito ou abrasão, fraturas coronárias, degraú de reabsorção de osso

decorrente de doença periodontal, lesões ósseas, diastemas, formas e linhas das cavidades, cáries dentárias, tratamento endodôntico, pinos intrarradiculares e intracoronários e próteses dentárias¹².

Dentre os vários documentos que compõem o prontuário odontológico (Figura 1), destacam-se, para fins de identificação humana, os exames por imagem; entre estes, os exames radiográficos, os quais, quando cuidadosamente produzidos e corretamente arquivados, possibilitam a individualização de qualquer pessoa, além de serem de baixo custo.

Figura 1. Documentação ortodôntica e modelos reconstitutivos para identificação humana na odonto.

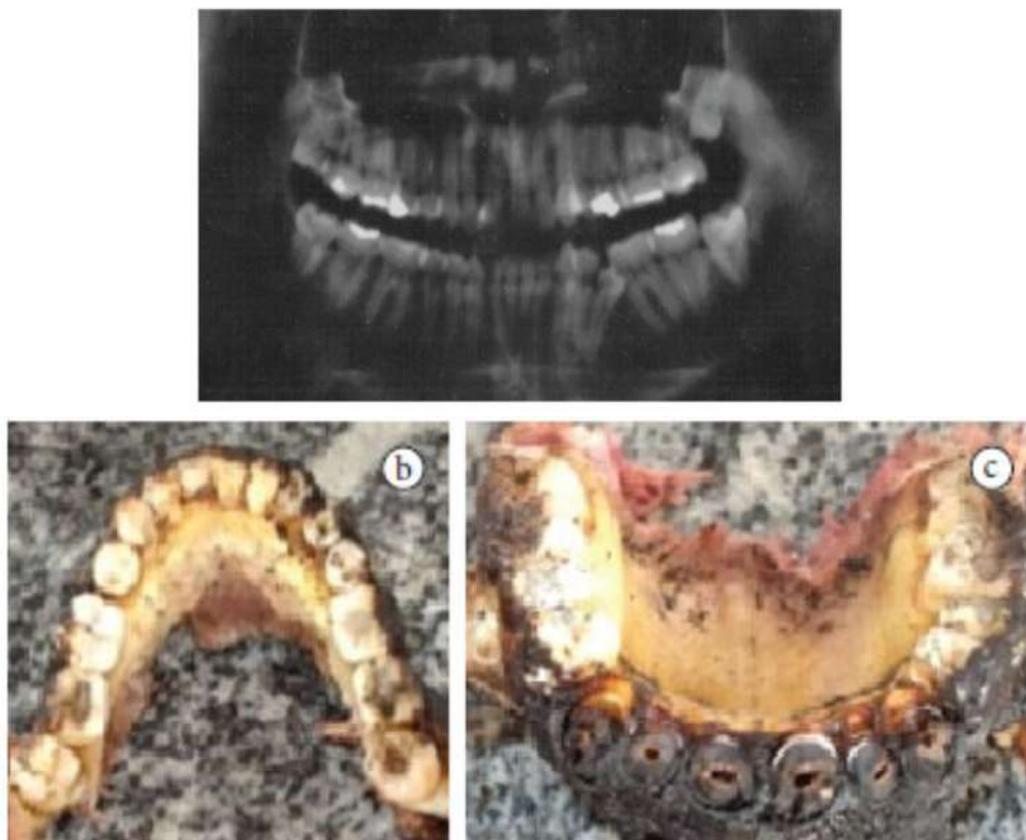


Fonte: Faculdade de Odontologia, Laboratório de Antropologia e Odontologia Forense da USP.

Na comparação realizada com os raios-X feitos pelo dentista do suposto falecido e raios-X do cadáver, as imagens são sobrepostas no computador para aferir semelhanças de características dos dentes, o que permite afirmar ou negar que o material estudado é da pessoa procurada¹³.

O estudo realizado por Scoralick e colaboradores¹⁴ descreve um caso de identificação de indivíduo carbonizado por meio de análise de radiografias da arcada e demonstrar que a identificação humana odontológica é efetiva e de baixo custo. Nesse estudo procedeu-se o confronto da imagem de radiografia odontológica panorâmica em vida com as radiografias periapicais realizadas post-mortem (Figura 2), onde foram encontrados 12 pontos de semelhança entre as imagens estudadas, suficientes para identificar o cadáver.

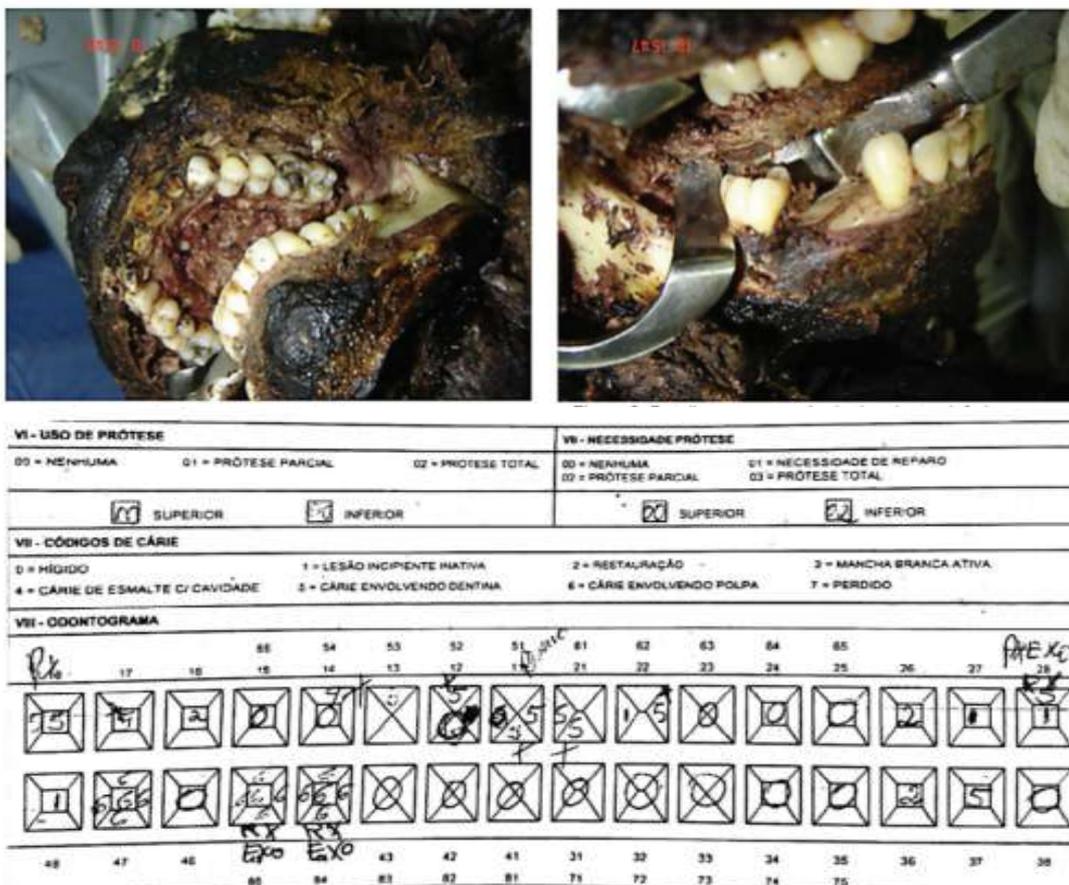
Figura 2. Radiografia panorâmica obtida na documentação odontológica e arcada dentária de corpo carbonizado utilizada para identificação humana no estudo de Scoralick et al., (2013) citado por Viana et al., (2020).



Fonte: Viana et al., (2020).

Esses recursos odontológicos utilizados no processo de identificação humana por meio de técnica comparativa são de baixo custo, simples e resulta em dados confiáveis. Busca relacionar as informações e características bucais registradas no prontuário clínico, antes da morte de um indivíduo, como exemplificado no estudo de caso¹⁵, que faz uso do odontograma como instrumento na identificação de cadáveres carbonizados comparando com fotos pós morte (Figura 3).

Figura 3. Fotografia post-mortem (pm) mostrando os pontos coincidentes com o odontograma na identificação humana no relato de caso de Couto et al, 2016.



Fonte: Couto et al., (2016).

Outra ferramenta de grande aceitação no processo de identificação humana é fotografias de sorriso (Figura 4), que representam uma fonte de informação capaz de fornecer características e peculiaridades anatômicas e posicionais dos elementos dentários⁶. A análise do sorriso como método principal ou auxiliar de identificação humana, torna-se importante quando considera as limitações para identificação cadavérica em casos complexos. Soma-se a isso a popularização das fotografias digitais, especialmente com o uso dos smartphones, que torna o recurso de fácil uso para a rotina pericial. As Ciências Forenses utilizam imagens fotográficas ante-mortem do sorriso em comparação direta com imagens post-mortem, ou realizam a sobreposição computadorizada das imagens obtidas antes e depois da morte para a identificação humana¹².

Figura 4. Registro fotográfico ante mortem e Registro fotográfico post mortem utilizadas na identificação cadavérica.



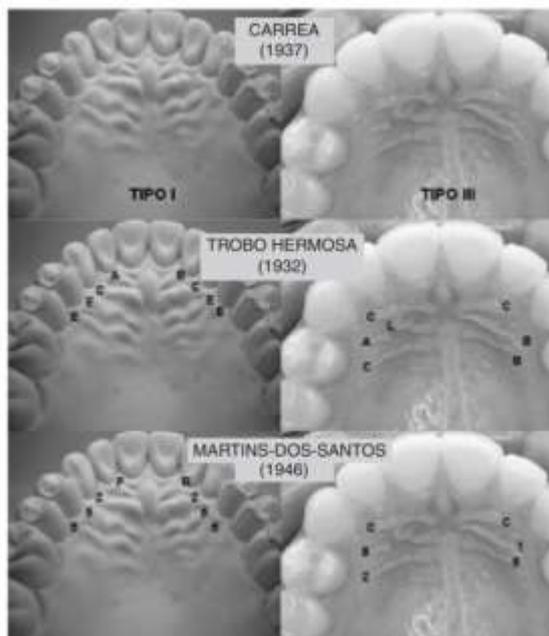
Fonte: Terada et al, 2011⁷.

Identificação pela Rugoscopia Palatina

O potencial para a identificação da cavidade oral é tão grande que a boca pode ser considerada “a caixa preta do corpo”¹⁶. Não só dentes e ossos maxilares são úteis para identificação, mas também as estruturas de tecidos moles como os lábios e o palato duro, especialmente o último, por ser coberto pelas estruturas esqueléticas e dentárias, apresentam-se em maior resistência à ação destrutiva em comparação com os outros tecidos moles¹⁷.

A rugoscopia palatina é o estudo das pregas palatinas (forma, tamanho e posição), que tem como finalidade estabelecer a identidade, sendo possível sua aplicação tanto no cadáver recente, como no indivíduo vivo. Esse método é muito utilizado no caso em que a vítima não possui elementos dentários, quando os métodos disponíveis na Odontologia Legal para identificação são mais limitados¹⁷. Entre os elementos de prova retirados da vítima desdentada, as rugosidades palatinas são as características morfológicas mais facilmente obtidas. O padrão morfológico, ilustrado na Figura 5, pode ser tomado não só diretamente pelo palato duro¹⁸, mas, também, a partir da superfície mucosa imprimida nas próteses dentárias móveis (dentaduras).

Figura 5. – Ilustração da classificação de diferentes sistemas rugoscópicos.



Fonte: Tornavoi e Silva, 2010¹⁸.

A possibilidade de utilização das rugas palatinas no processo de identificação humana é viabilizada por sua configuração, comprimento, largura, número e orientação, que variam consideravelmente de uma pessoa para outra. Também são estruturas resistentes à decomposição¹⁴. Uma limitação dessa técnica na comparação consiste no fato, é que rugas e/ou ranhuras são incorporadas ao aparelho, a fim de melhorar os padrões de expressão e adaptação de próteses totais superiores, o que pode inviabilizar a técnica de comparação para a identificação¹⁶. Também são fatores limitantes a presença de malformações ósseas ao nível do palato duro pode comprometer o estudo rugoscópico, pois a sua extensão pode interferir no sistema de rugas¹⁶.

Tanalogia Forense e Métodos Complementares na Odontologia Legal

A Tanatognose é um ramo do diagnóstico da causa real da morte. O processo é concluído devido a vários sinais (apresentados como sinais de morte) e pode ser classificado como possível suspeito e definitivo¹⁹. Visto que a maioria dos casos lida com o estado avançado de decomposição do cadáver ou fase de esquelitização, o processo de determinar o momento exato da morte é muito complicado.

O exame tanatológico consiste em examinar o cadáver e verificar as circunstâncias da morte, tanto no aspecto médico, quanto jurídico¹⁹. Esses exames compreendem a perinecropsia ou exame do cadáver no local dos fatos, sendo geralmente realizado pelo perito criminal; a tanatognosia ou diagnóstico da realidade da morte; a cronotanatognosia

ou conhecimento do tempo da morte; a necropsia, também chamada de tanatoscopia, necropsia ou autopsia que significa o exame do corpo sem vida; bem como os exames complementares²⁰.

Na Cronotanatognosia, esquema prático para a determinação do momento da morte, estuda os meios de determinação do tempo transcorrido entre a morte e o exame necroscópico¹⁹. Esse exame determina o tempo aproximado da morte, determinado pela avaliação da temperatura e rigidez cadavérica. O cadáver ainda quente e sem rigidez, provavelmente, sofreu uma morte há um tempo inferior a duas horas, enquanto o cadáver frio e com rigidez total, provavelmente, sofreu a morte entre 20 a 30 horas²¹.

Vários métodos complementares são descritos para avaliação tanatológica, dos quais se destaca: o estudo da fauna necrófaga, encontrada no corpo (entomologia forense); o estágio de decomposição do cadáver; o estudo das mudanças na composição química dos ossos (análise de substâncias inorgânicas e orgânicas); e a relação entre análise térmica diferencial ou termogravimétrica²⁰.

Outro fator de análise é a presença de dentes rosados, que sugerem a presença da hemoglobina dentro da câmara pulpar, devido ao acúmulo de sangue no segmento cefálico e pode estar relacionada a mortes naturais e violentas, sendo encontrado nos casos de cardiopatias onde há dificuldade no retorno venoso ao coração, aumento da pressão sanguínea, ruptura dos vasos e extravasamento de sangue na câmara pulpar²¹. Alguns autores^{22,23,24} sugerem que o extravasamento de hemoglobina ou derivados no interior dos túbulos dentinários geralmente está associado à autólise, temperatura, umidade e a posição em que os corpos são encontrados, e por isso os dentes rosados são mais encontrados em vítimas de asfixia por afogamento. Já a asfixia por estrangulamento e por enforcamento aumenta significativamente a incidência da formação dos dentes rosados é devido à estagnação do sangue no segmento cefálico²⁴.

Figura 5. Exemplo de dentes rosados na perícia odontológica.



Fonte: Montenegro et al, 2013²³.

Os dentes rosados podem ser observados no cadáver quando a causa da morte é enforcamento, sufocamento, afogamento, enforcamento e arma de fogo. A vermelhidão dos dentes após a morte é causada pela hemólise e pela exsudação de hemoglobina e derivados dos túbulos dentinários²³. O objetivo da análise, nesses casos, é fazer com que a pigmentação dos dentes indique o tempo decorrido após a morte. Na prática da perícia, o fenômeno da coloração rosada dos dentes após a morte é mais frequente observado em vítimas por afogamento ou que ficaram por algum tempo na água, o que poderia ser atribuído à posição pendente da cabeça, comum em cadáveres que permanecem em meio líquido, permitindo que o sangue flua passivamente para as áreas de declive, e, nesta situação, a cabeça²³.

Ainda, relacionando os recursos odontológicos para identificação humana pode se realizar o exame de DNA a partir de tecido pulpar preservado. Essa técnica é utilizada como uma nova perspectiva, principalmente quando os métodos habituais falham²⁵.

Devido à importância do assunto investigado neste trabalho, e uma vez que as metodologias de identificação humana são constantemente renovadas, o tema não se esgota, e novas pesquisas devem apontar para novas técnicas de identificação forense. A atuação da Odontologia Legal não deve se restringir a análise, perícia e avaliação de eventos relacionados apenas a sua área de competência, mas o odontologista deve participar ativamente em vários casos de identificação humana, familiarizando-se com novas técnicas, como a avaliação de DNA, fazendo uso de materiais biológicos em periciais, com uso da biologia molecular para esse fim²⁵.

A identificação da odontologia legal pode ser classificada como um método comparativo para determinar a identidade pessoal, que se divide em três etapas: exame da literatura odontológica, exame da arcada dentária do cadáver e confronto da dentição. Na primeira etapa, observam-se as peculiaridades existentes na arcada dentária do cadáver, relacionadas à presença e/ou ausência de dentes, restauração (material e facial), tratamento endodôntico, prótese, anormalidade, patologia e outros aspectos.

No exame de documentos odontológicos, todas as informações relacionadas ao tratamento planejado ou executado registradas pelo clínico no prontuário odontológico serão coletadas e correlacionadas com as informações analisadas no exame complementar (fotografias, radiografias, etc.). A última etapa é comparar as informações obtidas nas duas primeiras etapas, levando em consideração os mesmos pontos de referência (tridente, dentes, face), e com base na análise quantitativa e qualitativa das características dentais destacadas.

Com a obtenção de documentos relacionados ao tratamento odontológico, a pessoa pode ser identificada positivamente. Embora no Brasil o Conselho Federal de Odontologia recomende a utilização de prontuários odontológicos em vez de prontuários clínicos simplificados, com base nos registros atuais, estes podem constituir documentos importantes para auxiliar no processo de identificação humana.

Por outro lado, através do uso de técnicas e processamento radiográfico correto, são obtidas imagens periapicais, panorâmicas e proximais de raios-X, para planejamento e execução de tratamentos odontológicos (cirurgia, reabilitação e ortodontia) sem distorção ou nitidez. O grau de diminuição, permitindo que os aspectos qualitativos e quantitativos sejam analisados corretamente^{3,5}.

Embora a rugosidades palatinas seja um dos fatores adequados para a análise de indivíduos desdentados, essa técnica ainda apresenta algumas limitações, como devido à cirurgia regional, idade, presença de rugas quase invisíveis, tratamento Possibilidade de mudar a forma de ortodontia, hábitos de sucção dentária, e outros⁹.

A literatura especializada relata que, ao analisar a particularidade dos dentes, os indivíduos queimados, esqueléticos ou cariados podem ser totalmente identificados e essa tecnologia pode ser associada a outros métodos de identificação humana^{19,20,21}. Os bons resultados obtidos por meio de técnicas odontológicas legais advêm da resistência dos dentes e materiais odontológicos ao calor e ao fogo, bem como as informações presentes nos documentos gerados por atendimento odontológico, que geralmente consistem em prontuários, modelos de gesso, radiografias, fotografias, e etc.

CONCLUSÃO

Com esse trabalho conclui-se que o odontologista possui um papel de grande importância na elucidação de análises a partir de exames com ênfase na maxila e mandíbula possuindo grande importância nos processos de identificação humana e forense, pois possuem ricas informações sobre características individuais, possibilitando a identificação tanto nas perícias em vivos quanto em mortos. Os peritos investidos na função são fundamentais para prevenir e avaliar doenças ocupacionais que surgem na cavidade oral, ainda no âmbito civil, sua importância e refletida no dano causado pelo ofício do trabalhador, a fim de colaborar com líderes judiciais.

BIBLIOGRAFIA¹

1. Souza VS. A atuação do perito odontologista no instituto médico legal de Roraima no período de 2014 a 2018. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Campinas. Campinas; 2019.
2. Moretto, MJ, Horiuchi, ZHFN, Costa BO, Tavares MS. A atuação do odontologista: conceito, história e recursos de identificação. *Journal of Multidisciplinary Dentistry*. 2020; 10(1): 36-40.
3. Ribas-e-Silva V, Terada ASSD, Silva RHA da. A importância do conhecimento especializado do cirurgião-dentista nas equipes de perícia oficial do Brasil. *RBOL*. 2015;2(1):68-90.
4. Ferreira, M. L., Machado, R. P., Dietrich, L., Viana, H. C., Mota, M. de O. A., & Andrade, C. M. de O. A Aplicação da rugoscopia palatina na identificação humana: revisão de literatura. *Psicologia e Saúde em Debate*. 2018; 4(1): 32-32.
5. Coutinho CGV, Ferreira CA, Queiroz LR, Gomes LO, Silva UA. O papel do odontologista nas perícias criminais. *RFO*, 2013; 18(2): 217-223.
6. Terada ASSD, Leite NLP, Silveira TCP, Secchieri JM, Guimarães MA; Silva RHA. Identificação humana em odontologia legal por meio de registro fotográfico de sorriso: relato de caso. *Rev Odontol UNESP*. 2011; 40(4): 199-202.
7. Terada ASSD, Leite NLP, Silveira TCP, Secchieri JM, Guimarães MA; Silva RHA. Identificação humana em odontologia legal por meio de registro fotográfico de sorriso: relato de caso. *Rev Odontol UNESP*. 2011; 40(4): 199-202.
8. Freire CHSB, Bento MIC, Rabello PM, Santiago BM. Documentação ortodôntica e dentes rosados: a importância da atuação do odontologista. *Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL*. 2019; 6(2): 82-88.
9. Souza M. T, Dias M, Carvalho R. Revisão integrativa - Como fazer. *Revista Eisnten*. 2010; 8: 102–106.
10. Mendes KDL, Silveira RCCP, Galvão CM. Integrative literature review: a research method to incorporate evidence in health care and nursing. *Texto Contexto Enferm*. 2008; 7(4): 758-64.
11. Carvalho SPM, Silva RHA, Lopes-Junior C, Peres AS. A utilização de imagens na identificação humana em odontologia legal. *RSBO*. 2009; 6(1): 95-99.
12. Pereira NO, Canettier ACV. Identificação post-mortem baseada na análise dental-relato de caso. XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba, 2016-5.
13. Raitz R, Fenyo-Pereira M, Hayashi AS, et al. Dento-maxillo-facial radiology as an aid to human identification. *J Forensic Odontostomatol*. 2005; 23:55-9

¹ De acordo com as normas de Trabalho de Conclusão de Curso da FACIT, baseada nas normas Vancouver. Disponível em: http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html.

14. Viana, JCM, Silva GG, JGCL, França GM, Leite RB, Pinheiro JC. A importância da odontologia legal na identificação humana. *Revista Saúde Dinâmica*. 2020; 2: 1-11.
15. Coralick RA, Barbieri AA, Moraes ZM, Franceschini Júnior L, Daruge Júnior E, Naressi SCM. Identificação humana por meio do estudo de imagens radiográficas odontológicas: relato de caso. *Rev. odontol. UNESP*. 2013 42(1): 67-71.
16. Couto RC, Miranda, GE, Freitas SG, Moreira AMC, Rodrigues JEM. A importância de uma documentação odontológica completa na identificação de corpos carbonizados: relato de dois casos. *Revista criminalística e medicina legal*. 2016; 1(1): 18-23
17. Menon LML, Fernandes MM, Paranhos LR, Silva RHA. Tanatologia Forense e odontologia legal: interface e importância na rotina pericial. *Odonto*. 2011; 19(37): 15-23
18. Peres AS, Peres SHCS, Nishida CL, Grandizoli DK, Ribeiro IWJ, Gobbo LG, Poletti ML. Peritos e perícias em Odontologia. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo* 2007; 19(3): 320-324.
19. Tornavoi DC, Silva RHAD. Rugosidade Palatina; Identificação Humana; Antropologia Forense. *Ética & Justiça*. 2010; 15(1): 28-34.
20. Dresseno D. Tanatologia na odontologia: características intra-vitam e postmortem. [Trabalho de Conclusão de Curso], Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.
21. Menon, LML, Fernandes, MM, Luiz LR, Silva LHA. Tanatologia forense e odontologia legal: interface e importância na rotina pericial. *Odonto* 2011; 19 (37): 15-23
22. Almeida Júnior E, Reis FP, Galvão LCC, Alves MC, Campos PSF. Análise da distância intercraniana com relação ao sexo e sua aplicação na identificação e interpretação de marcas de mordida. *RPG Rev Pós Grad*. 2012; 19(1):14-20
23. Souza ACB. Análise histológica de dentes decíduos rosados após a morte. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Odontologia de Piracicaba. SP. 2002.
24. Silveira EMSZSF. Odontologia legal: a importância do DNA para perícias e peritos. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*. 2006; 6(1): 40-46.
25. Montenegro JB, Queiroz, EGAL, Moreno BLG, Souza EHA, Carvalho MVD, Soriano EP. Dentes rosados observados quatro meses após a morte. *Derecho y Cambio Social*: 2013; 2005-5822.
26. Lima, HL, Medeiros UV. Aplicabilidade do DNA em odontologia forense. *Odontol Clín Cient*. 2015; 14(4): 801-808.